

ATENÇÃO

SENHORES LICITANTES:

- ✓ Para formação da proposta de preço e inserção na plataforma COMPRASNET, Vossa Senhoria deverá basear-se **exclusivamente** nos termos e informações **do Edital**, especialmente nas especificações técnicas dos ITENS e demais condições do **ANEXO II**.
- ✓ Senhores Licitantes atentar-se somente nas descrições do serviço contidas no **ANEXO II** do edital para elaborarem suas propostas, pois as descrições dos CATMAT's do serviço nem sempre são totalmente compatíveis com o solicitado.
- ✓ Senhores Licitantes atentar-se somente nas descrições dos materiais contidas no **ANEXO I** do edital para elaborarem suas propostas, pois as descrições Detalhadas (CATMAT) dos materiais nem sempre são totalmente compatíveis com o solicitado.
- ✓ Senhores Licitantes, CASO HAJA DIVERGÊNCIA ENTRE O DESCRITIVO LANÇADO NO COMPRAS.GOV.BR E O DESCRITIVO DO ANEXO II – TERMO DE REFERENCIA, PREVALECERÁ O QUE CONSTA NO ANEXO II.

Pregoeira 10ª CPL/SMS

Observação: *Este encarte não faz parte do Edital, se presta somente para informação ao Licitante*

PREGÃO ELETRÔNICO

90541/2026/SMS

PROCESSO

6018.2025/0086450-4

CONTRATANTE (UASG)

SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – Gabinete (925003)

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE BOMBA EXTRATORA DE LEITE HUMANO (USO HOSPITALAR), CONTEMPLANDO ENTREGA, INSTALAÇÃO, TESTE DE FUNCIONAMENTO, TREINAMENTO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, COM O FORNECIMENTO DE KITS PARA EXTRAÇÃO DE LEITE HUMANO, PARA AS UNIDADES HOSPITALARES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

22/06/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço

MODO DE DISPUTA

Aberto/Fechado

FASE DE HABILITAÇÃO

Após as fases de apresentação de propostas, Lances e Julgamento

COMISSÃO/PREGOEIRO DESIGNADO

10ª CPL/SMS – PRISCILA

E-mail: plrocha@prefeitura.sp.gov.br

Telefone: (11) 5461-8926

ÍNDICE

I EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade

- 1 Embasamento Legal;
- 2 Objeto;
- 3 Condições de participação;
- 4 Acesso às informações;
- 5 Impugnação de Edital;
- 6 Apresentação da Proposta de Preços;
- 7 Abertura da sessão e classificação inicial das propostas de preços;
- 8 Etapa de Lances;
- 9 Modo de disputa aberto e fechado;
- 10 Julgamento;
- 11 Habilitação;
- 12 Fase Recursal;
- 13 Adjudicação e Homologação;
- 14 Preço, Reajuste e Dotação;
- 15 Condições do Ajuste e Garantia para Contratar
- 16 Prazo para início da prestação dos serviços e condições;
- 17 Condições de recebimento e pagamento;
- 18 Penalidades;
- 19 Disposições Finais.

II ANEXOS

- ANEXO I:** Minuta do Contrato
- ANEXO II:** Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Prestação do Serviço
- ANEXO II-A:** Termo de Recebimento do Equipamento
- ANEXO II-B:** Acordo de Nível de Serviço – (ANS)
- ANEXO III:** Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO IV:** Modelo de Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo
- ANEXO V:** Modelo de Declarações
- ANEXO VI:** Critérios para Análise Econômico-Financeira

PREÂMBULO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, sediada na Rua Dr. Siqueira de Campos, 172 – Liberdade – São Paulo, Capital, CEP 01509-020, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento de menor preço, objetivando a prestação de serviços descrita(s) na Cláusula 2 – DO OBJETO deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - UASG nº **925003**, PMSP-SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **09h00 do dia 22/06/2026**.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do Painel de Negócios, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

1 EMBASAMENTO LEGAL

1.1 O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

2 OBJETO

2.1 O presente pregão tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE BOMBA EXTRATORA DE LEITE HUMANO (USO HOSPITALAR), CONTEMPLANDO ENTREGA, INSTALAÇÃO, TESTE DE FUNCIONAMENTO, TREINAMENTO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, COM O FORNECIMENTO DE KITS PARA EXTRAÇÃO DE LEITE HUMANO, PARA AS UNIDADES HOSPITALARES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.2 A licitação será realizada em único item.

2.2.1 Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II**, parte integrante deste edital.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da licitação as empresas que:

a) atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) – Certificado Digital ICP-Brasil.**

a.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**

b) tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;

c) **não** estejam sob processo de falência;

c.1) É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

d) **não** estejam constituídas em forma de consórcio;

e) **não** tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

f) **não** estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública;

g) **não** se enquadrem nas seguintes **vedações** de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):

g.1) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

g.2) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

g.3) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

g.4) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício

ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

g.4.1) As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

g.5) Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

3.2 As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

3.1.1 Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/06 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.1.2 A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.1.2.1.1 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

3.1.3 Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

3.1.4 A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula "1" deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

4.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: plrocha@prefeitura.sp.gov.br.

4.1.1 Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3

(três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, plrocha@prefeitura.sp.gov.br, em seu corpo ou documento anexo.

5.2 No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a) do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b) do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

5.2.1 Caberá ao agente de contratação se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame

5.2.2 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

5.2.3 A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

5.2.4 Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

5.2.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.2.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço ou percentual de desconto, com o **MENOR PREÇO GLOBAL (LOCAÇÃO DE BOMBAS EXTRATORAS DE LEITE HUMANO DE USO HOSPITALAR E KITS PARA EXTRAÇÃO DE LEITE HUMANO - REUTILIZÁVEL)**, com duas casas decimais, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

6.1.1 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta

anteriormente apresentada.

6.1.2 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.

6.1.3 A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

6.1.4 A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.1.5 Os preços cotados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

6.1.6 Nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente da empresa, necessariamente do Banco do Brasil, nos termos do Decreto Municipal nº 51.197, de 22 de janeiro de 2010, para efeito de pagamento

6.1.7 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

6.1.8 A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, de acordo com o formulário que segue como **ANEXO III** deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.

6.1.9 A proposta deverá ter **validade de 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de sua apresentação.

6.1.10 O preço máximo admitido do presente processo licitatório é sigiloso, nos termos do art. 13 da Lei nº 14.133/21 e do Art. 24 e, será informado pelo sistema COMPRASGOV, somente após o final da conclusão do certame.

6.1.10.1 O fato é que, a depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Nessas situações, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público e eficiência, sobretudo) recomendam que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa pelo contrato.

6.1.10.2 Ademais, a outros diversos motivos, com base na proteção do processo competitivo e na preservação da igualdade entre os participantes, que incluem:

a) Prevenção de Colusão ou Cartelização: Divulgar os preços antes da fase de abertura pode induzir práticas anticompetitivas, como acordos de preços entre os licitantes. O sigilo evita que os concorrentes ajustem suas propostas com base nas ofertas de outros, garantindo uma competição mais justa.

b) Garantia de Competição Justa: Ao manter os preços sigilosos, assegura-se que todos os participantes apresentem propostas baseadas em sua própria capacidade de negociação e planejamento, sem influências externas. Isso evita que os licitantes adotem estratégias de "ajuste" de preços, o que pode prejudicar o processo licitatório.

c) Proteção do Interesse Público: A divulgação antecipada de preços pode prejudicar a negociação e o poder de compra do órgão público, fazendo com que os licitantes aumentem os preços ou ajustem suas ofertas para se alinhar ao valor previamente divulgado. O sigilo protege o melhor interesse da Administração Pública.

d) Respeito ao Princípio da Igualdade: Manter o sigilo dos preços antes da fase de abertura garante que todos os participantes tenham o mesmo tempo e oportunidade para apresentar suas propostas, evitando favorecimento de qualquer licitante.

e) Prevenção de Estratégias de "Preço Vencedor": Ao esconder o preço, evita-se que os licitantes ajustem suas ofertas para alcançar o preço de um concorrente potencialmente vencedor, o que poderia desequilibrar a concorrência e prejudicar o interesse público.

f) Conformidade com a Legislação: Em muitos casos, a legislação que regula as licitações, como a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), prevê que os preços devem ser mantidos em sigilo até a fase de abertura, como parte de um processo transparente e imparcial.

6.1.10.3 Essa estratégia visa garantir que o processo licitatório seja conduzido de forma justa e eficiente, respeitando os princípios constitucionais da administração pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

6.1.10.4 A publicidade do orçamento estimado permanecerá restrita até a abertura da fase recursal, nos termos do art. 32 do Decreto nº 62.100/2022.

6.1.10.5 A restrição temporária da publicidade do orçamento estimado não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

6.1.11 Para aferição da compatibilidade do equipamento ofertado, deverá ser apresentado os documentos abaixo juntamente com a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação (Item 11.5 e seus subitens, deste Edital), assim que solicitado pelo Pregoeiro, os seguintes documentos:

a) Comprovação da regularidade do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, através de cópia do registro ou da isenção, ou de notificação ou cadastramento, ou ainda, se for o caso, comprovação de que o produto não está

sob controle sanitário;

- b)** Catálogo Técnico Original com foto contendo a marca, modelo, especificação completa do produto ofertado, registro na Anvisa, sendo que estes deverão estar claramente assinalado ou grifada as informações técnicas relevantes, de modo a possibilitar a rápida identificação pela Comissão Técnica responsável pela análise, este deverá estar em língua portuguesa do Brasil;
- c)** Manual do equipamento em língua portuguesa do Brasil;
- d)** Apresentar declaração de Assistência Técnica - Indicando empresa autorizada, com sede preferencialmente em São Paulo, que prestará serviços de assistência técnica e reposição de peças (durante e posterior a garantia);

7 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

7.2 A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

7.3 Serão desclassificadas as propostas:

- a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- b)** que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;

7.4 A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

7.5 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

7.6 Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

8 ETAPA DE LANCES

8.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

8.1.1 O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL ANUAL**.

8.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

8.3 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo **mínimo de 0,01%** (um centésimo por cento) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.4 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.5 As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.6 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro 0 após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.8 No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:

8.8.1 Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

8.8.2 Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

8.8.3 Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015 (COOP), convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo aprazado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP/COOP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

8.8.4 Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.9 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado

8.10 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

8.11 Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.

8.12 Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes.

8.13 A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.

8.14 O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizado, bem como os documentos de habilitação.

8.15 Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

9.1 Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

9.2 No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances terá duração de 15 (quinze) minutos.

9.3 Decorrido o prazo inicial, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

9.4 Em sequência, será aberta oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, bem como os das ofertas com valores de até 10% (dez por cento) superiores possam apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, podendo os licitantes, nestas condições, optarem por manter o último lance da etapa aberta ou ofertar melhor lance. O lance final será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.4.1 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

9.5 Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

10 JULGAMENTO

10.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

10.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

10.3 É recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos no item 11.6.8, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.

10.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.

10.5 Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do item 7.3.

10.6 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

10.7 Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo pregoeiro(a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preço, conforme **ANEXO III**, com o valor do preço final alcançado.

10.8 O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço, inclusive quanto aos preços unitários, alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.

10.9 Em caso de incompatibilidade de algum valor unitário com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances.

10.10 Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto à sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.

10.11 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a

proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

10.12 Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

11 HABILITAÇÃO

11.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

11.2 A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no **SICAF**.

11.2.1 Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

11.2.2. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos nos subitens 6.1.11 e 11.5 deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

11.2.3 Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

11.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

11.4 Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

11.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

11.5.1 Habilitação jurídica:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;

- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Ato de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País
- f) Ato de registro ou autorização expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.5.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- c) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.
 - d.1) No caso de o licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.
- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal.
- g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

11.5.2.1 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

11.5.3 Qualificação econômico-financeira:

- a) **Certidão negativa de pedido de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.**
 - a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.
- b) **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

b.1) Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico- financeira por meio de balancetes mensais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.541/1992;

b.2) Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b.2.1) Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

b.2.2) As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, Registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

b.2.3) Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.

b.3) Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver índices de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral maiores ou iguais a 1,00, apurados segundo os parâmetros estabelecidos no **ANEXO VI** deste Edital, observada a norma do subitem **b.4)**

b.4) A empresa que não tiver alcançado os índices exigidos no subitem **b.3)** será habilitada desde que tenha Patrimônio Líquido equivalente a 5% (cinco por cento) do valor médio estimado da contratação.

11.5.4 Qualificação técnica:

11.5.4.1 Os proponentes devem apresentar como documento integrante da habilitação pelo menos 02 (duas) cópias de Atestado de Capacidade Técnica emitido por empresa pública ou privada comprovando o fornecimento dos materiais, de acordo com cada item. Este documento deverá conter o timbre da instituição emitente, assinado por seu respectivo representante legal, com nome legível, cargo e/ou função da pessoa competente por atestar o fornecimento; comprovando a prestação dos serviços compatíveis com o objeto.

11.5.4.1.1 Todos os elementos necessários devem ser abrangidos nos Atestados de Capacidade Técnica. Isso inclui não apenas os equipamentos relacionados a cada item, mas também os serviços abrangentes de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios essenciais. Além disso, é imprescindível que este atestado contemple a realização de calibrações e testes de segurança elétrica, com a devida emissão de certificados. É crucial que o documento comprove que a empresa prestou serviços análogos ao objeto de cada item, alcançando uma quantidade mínima de 50% correspondente do item presente.

11.5.4.2. Apresentar Carta de Solidariedade do fabricante no caso de empresa distribuidora.

11.3.1 Outros Documentos:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.

d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;

e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

11.3.1.1 As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO V do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

11.3.1.2 Declaração de não Cadastramento e Inexistência de Débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo – **ANEXO IV.**

11.4 A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

11.4.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

11.4.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar assinados por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.4.3 Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua

equipe de apoio.

11.4.4 Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.4.4.1 Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

11.4.4.2 Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante

11.4.5 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

11.4.6 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

11.4.7 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

11.4.8 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

c) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/sancoes.aspx;

d) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255;

e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

11.4.8.1 As consultas referentes aos subitens b) e e) poderão ser efetuadas através: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

11.4.8.2 As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.5 Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

11.5.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

11.5.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

11.5.2 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

11.5.3 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.

11.5.4 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.5.5 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

12. FASE RECURSAL

12.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

12.3 Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.4 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de

seus interesses.

12.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.7 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

13 ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO

13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021

14 PREÇO, REAJUSTE E DOTAÇÃO

14.1 O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

14.2 Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

14.3 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

14.3.1 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, nos termos da Portaria SF nº 389/17, bem como Decreto Municipal nº 57.580/17, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3.1.1 Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula 14.3.1 não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

14.3.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação

conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.3.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.3.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.3.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.3.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

14.3.8 Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

14.3.9 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

14.4 Os recursos necessários para suporte do contrato, onerarão as dotações nº. 84.00.84.10.10.302.4016.4.107.3.3.90.30.00.00.1.500.9001.0 (insumos) e 84.00.84.10.10.302.4016.2.507.3.3.90.39.00.00.1.500.9001.0 (locação) dos orçamentos vigentes.

15 CONDIÇÕES DO AJUSTE E GARANTIA PARA CONTRATAR

15.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, a ser firmado entre as partes, conforme minuta do **Anexo I** deste Edital.

15.2. Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.

15.2.1 Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

15.2.2 A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

15.2.3 Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em cópias ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação.

15.3 O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da convocação da adjudicatária no Diário Oficial da Cidade (D.O.C.), sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas no Item 19 deste edital.

15.3.1 O prazo para formalização do ajuste, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.3.2 O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

15.4 É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

15.4.1 Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.

15.4.2 O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e do **Painel de Negócios da PMSP**.

15.4.3 Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

15.5 DA SUBCONTRATAÇÃO E DA GARANTIA DE PROPOSTA

a) não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão;

b) deverá arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual.

c) deverá enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários e/ou cooperados que participem da execução do objeto contratual.

15.6 Não será exigida garantia para contratar na presente contratação.

16 PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES

16.1 A Administração estabelecerá data certa para início da execução do serviço, conforme constar na MINUTA DE CONTRATO (**ANEXO I**) ou, excepcionalmente, por meio de Ordem de Início dos Serviços.

16.1.1 O serviço deverá ser prestado de acordo com o ofertado na proposta, nos locais e horários discriminados no **ANEXO II** deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual.

16.1.2 O prazo de execução do contrato terá duração de **12 meses**, contados da data de início da execução, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado, nos termos previstos na **MINUTA DE CONTRATO - ANEXO I** deste Edital.

16.2 Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

16.3 Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, o ajuste poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

16.4 A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

16.5 Não obstante o prazo estipulado no subitem 16.1.2, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

16.6 A Ordem de Início deverá ser retirada na Divisão de Desenvolvimento da Rede Física de Saúde (SMS) no mesmo dia da assinatura do contrato e de posse deste, e os serviços se iniciarão às 00h00 min do dia seguinte a tais assinaturas.

16.7 Os serviços deverão ser iniciados conforme previsto na Ordem de Início, e deverão ser seguidas as orientações da unidade responsável pela fiscalização do ajuste.

17 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

17.1 As cláusulas relativas ao recebimento dos serviços e pagamento são as constantes da Minuta de Termo de Contrato, **ANEXO I** deste Edital.

17.2 Observar-se-á o quanto disposto no Decreto Municipal nº 54.873, de 25 de

fevereiro de 2014, a respeito da nomeação de fiscais e acompanhamento da execução, até o seu término.

18 PENALIDADES

18.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.

18.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

18.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com Administração Pública, a critério da Prefeitura;

18.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

18.3 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 18.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

18.4 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

18.4.1 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, pela inexecução total do objeto contratual;

18.4.2 Multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato, pelo retardamento na execução dos serviços até o 5º dia de atraso, a partir do qual estará caracterizada a inexecução total ou parcial do ajuste, com as consequências daí advindas;

18.4.3 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do preço mensal, pela

inexecução parcial do contrato;

18.4.4 Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o preço mensal do contrato, pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto contratual;

18.4.5 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA.

18.5 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

18.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido ao Secretário Municipal de Saúde, e protocolizado nos dias úteis, das 08:00 às 17:00 horas.

18.6.1 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

18.6.2 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

18.7 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, "caput" e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.8 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.3 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.4 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

19.4.1 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime

de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

19.5 A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.6 O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

19.7 A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

19.8 O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

19.9 Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

19.10 Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

19.11 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de Quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

19.12 A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

19.13 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

19.14 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

19.15 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

19.16 Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

19.17 O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico [Painel de negócios](#), bem como no Portal Nacional de Contratações

Públicas – PNCP

19.18 O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

19.19 O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico [Painel de negócios](#).

19.20 As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.

19.21 O licitante vencedor deverá, caso nunca tenha fornecido à PMSP anteriormente, no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir da homologação do certame, encaminhar aos cuidados do pregoeiro os documentos relacionados abaixo, para que seja providenciado o cadastro da empresa junto à Secretaria de Finanças – SF, sob pena de aplicação das penalidades previstas no subitem 18.3 deste Edital:

19.21.1 Cópia do cartão do CNPJ;

19.21.2 Cópia de comprovante da conta corrente no Banco do Brasil em nome da empresa constando RAZÃO SOCIAL e CNPJ.

19.21.3 Procuração, com firma reconhecida, em nome da pessoa que for assinar a FACC (documento de cadastro junto a CONT/SF) ou contrato social em que conste o nome da pessoa autorizada a assinar pela empresa;

19.22 Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 02 de junho de 2026.

Priscila Luiza Rocha Bertaso
Pregoeira da 10ª CPL/SMS
Portaria nº 614/2025-SMS.G

ANEXO I

**TERMO DE CONTRATO Nº XXXXX/2026/SMS-1/CONTRATOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90541/2026**

PROCESSO Nº: 6018.2025/0086450-4

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADA: XXXX

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE BOMBA EXTRATORA DE LEITE HUMANO (USO HOSPITALAR), CONTEMPLANDO ENTREGA, INSTALAÇÃO, TESTE DE FUNCIONAMENTO, TREINAMENTO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, COM O FORNECIMENTO DE KITS PARA EXTRAÇÃO DE LEITE HUMANO, PARA AS UNIDADES HOSPITALARES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO: R\$ XXXX (XXXX)

VALOR TOTAL DOS KITS: R\$ XXXX (XXXX)

VALOR TOTAL: R\$ XXXX (XXXX)

NOTA DE EMPENHO Nº: XXXX/2026 no valor de R\$ XXXX

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: XXXX

O **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, localizada na Rua Dr. Siqueira Campos, 172 - Bairro Liberdade - São Paulo/SP, **CNPJ nº 13.864.377/0001-30**, neste ato representada por seu Secretário Municipal da Saúde, Senhor **LUIZ**

CARLOS ZAMARCO, nos termos da competência que lhe foi delegada, doravante designada como **CONTRATANTE** e a empresa, CNPJ nº, com sede na, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a), portador(a) da cédula de identidade RG nº **.XXX.XXX-* e inscrito(a) no CPF sob o nº ***.XXX.XXX -**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 6018.2025/0086450-4 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente contrato é a **LOCAÇÃO DE BOMBA EXTRATORA DE LEITE HUMANO (USO HOSPITALAR), CONTEMPLANDO ENTREGA, INSTALAÇÃO, TESTE DE FUNCIONAMENTO, TREINAMENTO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, COM O FORNECIMENTO DE KITS PARA EXTRAÇÃO DE LEITE HUMANO, PARA AS UNIDADES HOSPITALARES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO**, conforme especificações do Termo de Referência e nas condições estabelecidas neste contrato.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Edital da Licitação;
 - 1.2.2. O Termo de Referência;
 - 1.2.3. A Proposta da **CONTRATADA**;
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.3. A prestação dos serviços será executada nos locais indicados abaixo:
 - a) HMCC – Hospital Municipal Dr. Carmino Caricchio**
Av. Celso Garcia, 4815 – Tatuapé – SP
 - b) HMACN - Hospital Municipal Prof. Dr. Alípio Correa Neto**
Al. Rodrigo de Brunn, 1989 – Ermelino Matarazzo – SP
 - c) HMFMPR - Hospital Municipal Prof. Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha**
Estrada da Itapeperica, 1661 – Campo Limpo
 - d) HMARS - Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro Saboya**
Rua Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro, 860- Jabaquara
 - e) HMIPG – Hospital Municipal Dr. Ignacio Proença de Gouvea**
Rua Juventus, 562 – Mooca
 - f) HMJSH – Hospital Municipal Dr. José Soares Hungria**
Rua: Menotti Laudísio, 100 – Pirituba
 - g) HMWP - Hospital Municipal Prof. Dr. Waldomiro de Paula**
R. Augusto Carlos Bauman, 1074 - Itaquera, São Paulo

h) HMTS - Hospital Municipal Tide Setúbal

Rua Dr. José Guilherme Eiras, 123 - São Miguel Paulista – São Paulo.

i) HMMD - Hospital Municipal e Maternidade Mário Degni

Rua Lucas de Leide, 257 – Rio Pequeno – SP

**j) HMEC – Hospital Municipal e Maternidade Escola Dr. Mário de Moraes
Altenfelder Silva**

Avenida Deputado Emílio Carlos, 3100 – Vila Nova Cachoeirinha – São Paulo – SP

- 1.4. A **CONTRATADA** deverá iniciar os serviços **na data estabelecida na Ordem de Início de Serviço**, que será emitida pelo Setor de Engenharia Clínica, a qual deverá ser assinada e devolvida, pela **CONTRATADA**, em até 02 dias úteis.

1.4.1. A entrega e testes de funcionamento deverão ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Início;

1.4.2. A entrega deverá ser previamente agendada, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, junto à unidade requisitante e à Engenharia Clínica;

1.4.3. A entrega será agendada de segunda à sexta-feira, em dias úteis, das 8h às 16h

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, desde que haja concordância das partes, a **CONTRATADA** haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa de preços revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

2.1.1. Caso a assinatura do contrato ocorra de forma eletrônica, considera-se como data de assinatura a data da última assinatura digital.

2.1.2. Caso a **CONTRATADA** não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

2.1.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

- 2.2. Não obstante o prazo estipulado na cláusula 2.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

- 2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA**: (i) estiver em situação irregular no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL; ou (ii) tiver sido apenada nas sanções de declaração de inidoneidade para contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, ou de impedimento de licitar e contratar com o Município de São Paulo, observadas as abrangências de aplicação e o disposto no art. 113 do Decreto 62.100/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 3.1. As condições de execução e recebimento do objeto, incluindo a periodicidade da aferição, quantitativos, e os dias e locais de entrega e prestação do serviço, constam no Termo de Referência (Anexo do Edital de Licitação), que integra este contrato.
- 3.2. A fiscalização da execução do contrato observará o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022 e na cláusula oitava deste contrato.
- 3.3. Observado o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o objeto contratual será recebido mediante relatório de medição do que foi executado no período de aferição definido no Termo de Referência, o qual será apresentado pela **CONTRATADA** à fiscalização da **CONTRATANTE**, que, após conferência, avaliará os serviços de acordo com o “Formulário de Avaliação de Acordo de Nível de Serviço” e atestará se os serviços foram prestados a contento.
- 3.4. O objeto deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- 3.5. Em caso da identificação de produtos ou serviços que não estejam em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência, a **CONTRATADA** responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos decorrentes da substituição de objetos em desconformidade, **no prazo de até 5 (cinco) dias**, bem como se compromete a entregar o objeto licitado, sanadas todas as ressalvas apresentadas, independentemente das sanções previstas na lei e neste instrumento.
- 3.6. Verificada a compatibilidade da execução do objeto com o previsto neste contrato, o fiscal do contrato atestará a sua conformidade.
- 3.7. O recebimento do objeto pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas posteriormente.
- 3.8. Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

3.9. Para a execução dos serviços previstos neste contrato, a Área Técnica Requisitante: Núcleo de Engenharia Clínica **(SMS/SEGA/CAS/DI/EngClínica)** deverá, por meio do Gestor Técnico do Contrato ou de representante designado, propor e conduzir reuniões técnicas orientativas com representante(s) da **CONTRADADA**.

3.9.1. Essas reuniões ocorrerão, no mínimo, no início da execução contratual e em cada prorrogação, visando o acompanhamento contínuo da execução contratual.

3.9.2. A comprovação da realização das reuniões será feita por meio da elaboração de ATA, assinada por todos os participantes e anexada ao respectivo processo de contratação.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O valor mensal da locação é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxx), o valor total dos kits é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxx), totalizando o valor contratual de R\$, para todo o período de vigência do contrato.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na seguinte dotação orçamentária:
.....

5.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O pagamento somente será efetuado após a efetiva entrega, teste funcional e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Engenharia Clínica, atestando que o equipamento se encontra em pleno funcionamento e apto ao uso.

6.1.1. O pagamento da locação será processado mensalmente;

6.1.2. O pagamento dos kits será efetuado conforme a entrega dos quantitativos nas Unidades Hospitalares.

- 6.2. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega, pela **CONTRATADA**, da nota fiscal ou nota fiscal/fatura e da documentação exigida na Portaria SF nº 275/2024 e alterações.
- 6.3. Caso venha ocorrer necessidade de providências complementares por parte da **CONTRATADA**, a fluência do prazo será suspensa, retomando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 6.4. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente de titularidade da **CONTRATADA** no Banco do Brasil, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010.
- 6.5. Havendo atraso nos pagamentos por parte da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** terá direito à compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05/2012 e alterações.
- 6.5.1. A compensação financeira será calculada aplicando-se, à parcela em atraso, o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.
- 6.6. Antes do pagamento, a **CONTRATANTE** efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.
- 6.7. Os pagamentos não isentam a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, nem implicam na plena aceitação do objeto.
- 6.8. Os pagamentos obedecerão às normas da Secretaria Municipal da Fazenda.
- 6.9. A **CONTRATADA** deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:
- a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
 - b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
 - c) Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;
 - d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
 - e) Cadastro Informativo Municipal (CADIN);
 - f) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
 - g) Relatório de Medição dos Serviços.
- 6.9.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que

os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

- 6.9.2. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista na cláusula 6.9.1., não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- 7.1. O preço contratado é fixo e irrevogável no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.1.1. Considera-se como orçamento estimado para o reajuste contratual a data referente ao **Quadro Comparativo de Pesquisa de Preços (Documento SEI nº 155368609)**, ou seja, **27/04/2026**.
- 7.1.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da **CONTRATADA**, o preço inicial será reajustado, mediante a aplicação, pela **CONTRATANTE**, do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, nos termos da Portaria SF nº 389/2017.
- 7.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.1.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.1.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. A **CONTRATANTE** se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência, no Edital de Licitação e neste contrato, cabendo-lhe especialmente:

- 8.1.1. cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste contrato e das disposições legais que o regem;
 - 8.1.2. proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do contrato, inclusive comunicando à **CONTRATADA**, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração;
 - 8.1.3. designar 1 (um) ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato, conforme previsto no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o(s) seu(s) suplente(s);
 - 8.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas, observado o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022;
 - 8.1.5. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
 - 8.1.6. efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido na cláusula sexta do presente contrato;
 - 8.1.7. verificada a existência de qualquer infração contratual, relatar os fatos e iniciar o procedimento de aplicação de penalidade, nos termos previstos no contrato, observada a legislação vigente;
 - 8.1.8. aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer cláusulas estabelecidas;
 - 8.1.9. exigir da **CONTRATADA**, sempre que necessário, a comprovação da permanência das condições requeridas para a contratação;
 - 8.1.10. atestar a execução do contrato e sua qualidade, indicando qualquer ocorrência, se for o caso, em processo próprio, onde será processado o pagamento;
 - 8.1.11. receber o objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 8.2. A fiscalização do contrato pela **CONTRATANTE** não exime nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA**, por qualquer inobservância às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da **CONTRATADA**:

- 9.1.1. Executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas, com eficiência e zelo, dentro dos padrões exigidos pelo **CONTRATANTE** e conforme as disposições do Edital de Licitação, do Termo de Referência e deste contrato;

- 9.1.2. manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este ajuste;
- 9.1.3. manter durante toda a vigência do contrato, o padrão de qualidade e as especificações técnicas descritas no Termo de Referência e nos demais documentos que integram o presente instrumento;
- 9.1.4. empregar a mão de obra necessária e devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;
- 9.1.5. enviar à **CONTRATANTE** e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual, quando for o caso;
- 9.1.6. cumprir os prazos estabelecidos, conforme cronograma, mantendo a **CONTRATANTE** informada do produto fornecido e do serviço prestado;
- 9.1.7. responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução do objeto, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à **CONTRATANTE** a ocorrência de tais fatos;
- 9.1.8. executar, sem ônus para a **CONTRATANTE**, as ações necessárias à correção e revisão de falhas verificadas na execução do contrato;
- 9.1.9. responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura sejam causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, em razão da execução do contrato;
- 9.1.10. comparecer, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, aos seus escritórios ou em outro local indicado em até 02 (dois) dias, para prestar esclarecimentos relacionados ao objeto do contrato;
- 9.1.11. manter um preposto responsável pela boa condução da execução contratual;
- 9.1.12. assumir a responsabilidade por obrigações trabalhistas, encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria;
- 9.1.13. assumir encargos fiscais e comerciais incidentes na execução do contrato;
- 9.1.14. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- 9.1.15. não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 9.1.16. Comunicar a **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 9.1.17. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- 9.1.18. Comunicar à **CONTRATANTE** toda alteração em seus dados cadastrais, para atualização.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As Partes obrigam-se a observar e cumprir a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas federais e municipais aplicáveis sobre o tema, em todas as atividades de tratamento de dados pessoais que decorram, direta ou indiretamente, da execução deste Contrato.
- 10.1.1. Incluem-se nesta obrigação o cumprimento de determinações de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores relativos à matéria.
- 10.1.2. Quando requerido pela **CONTRATANTE** ou pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a **CONTRATADA** deverá colaborar com a elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), fornecendo informações técnicas e operacionais necessárias à sua confecção.
- 10.2. O **MUNICÍPIO**, na qualidade de Controlador, é responsável por definir as finalidades e os meios do tratamento de dados pessoais. A **CONTRATADA**, na qualidade de Operadora, deverá seguir estritamente as instruções documentadas do **MUNICÍPIO** e implementar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais, conforme o art. 39 da LGPD.”
- 10.3. Tratamento pela **CONTRATADA** em Nome do **MUNICÍPIO**: Caso a execução do objeto contratual envolva o tratamento de dados pessoais pela **CONTRATADA** em nome e por conta do **MUNICÍPIO** (atuando como Operadora), a **CONTRATADA** deverá:
- a) Seguir estritamente as finalidades e instruções documentadas do **MUNICÍPIO**.
- b) manter registro atualizado das operações de tratamento realizadas no âmbito deste contrato, incluindo categoria de dados, base legal, finalidades, medidas de segurança aplicadas e prazos de retenção, disponibilizando tais informações à **CONTRATANTE** quando solicitado.

c) Cooperar com o **MUNICÍPIO** para responder às solicitações dos titulares e às fiscalizações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

d) Notificar o **MUNICÍPIO** em até 24 (vinte e quatro) horas sobre qualquer incidente de segurança envolvendo os dados tratados sob este contrato.

e) Garantir por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade, integridade e segurança dos dados, conforme exigido pela LGPD, não podendo a **CONTRATADA** utilizar os dados pessoais para outros fins, com exceção daqueles adstritos à execução do objeto do presente contrato.

f) A **CONTRATADA** deverá assegurar que seus funcionários, colaboradores e terceirizados com acesso a dados pessoais recebam treinamentos adequados sobre proteção de dados, privacidade e sigilo, compatíveis com a criticidade das informações tratadas.

g) Observar as hipóteses de tratamento determinadas pelo **MUNICÍPIO** para o tratamento dos dados pessoais, abstendo-se de coletar dados ou solicitar consentimento de titulares sem prévia e expressa autorização do **MUNICÍPIO**.

h) A **CONTRATADA** deverá eliminar quaisquer dados pessoais recebidos em decorrência deste CONTRATO sempre que determinado pela **CONTRATANTE** e, com expressa anuência da **CONTRATANTE**, nas seguintes hipóteses:

h.I - os dados se tornarem desnecessários;

h.II - término de procedimento de tratamento específico para o qual os dados se faziam necessários;

i) A **CONTRATADA** não poderá transferir dados pessoais tratados no âmbito deste contrato para fora do território nacional sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**, devendo, quando aplicável, atender aos requisitos do art. 33 da LGPD.

j) Permitir a realização de auditorias pela **CONTRATANTE** e pelos órgãos de controle competentes, mediante aviso prévio e preservação de informações confidenciais, disponibilizando as evidências necessárias à comprovação do cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula.

k) Ao término do contrato, proceder à devolução ou eliminação segura dos dados, conforme instrução do **MUNICÍPIO**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ressalvadas as hipóteses legais de guarda.

10.4. Ocorrendo qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, inclusive incidentes de segurança, a **CONTRATADA** deverá notificar formalmente a **CONTRATANTE** no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do fato.

10.4.1. Na ocorrência de incidente de segurança no âmbito da execução do contrato, a **CONTRATADA** deverá, além da notificação formal prevista

na Cláusula 10.4, encaminhar à **CONTRATANTE**, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do incidente, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I – data e hora da detecção do incidente e, quando possível, da ocorrência;
- II – descrição da natureza do incidente e dos dados pessoais afetados, especificando, quando aplicável, se envolveu dados sensíveis ou de crianças e adolescentes;
- III – quantidade de titulares afetados, ainda que estimada;
- IV – descrição das possíveis consequências do incidente;
- V – medidas técnicas e administrativas já implementadas para conter ou mitigar os efeitos do incidente;
- VI – medidas corretivas e preventivas planejadas ou em curso;
- VII – identificação e dados para contato do encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO) da **CONTRATADA**, ou do responsável técnico designado para acompanhar a ocorrência junto à **CONTRATANTE**.

10.4.2. As informações referidas nos incisos da subcláusula 10.4.1 deverão ser atualizadas continuamente, à medida que novos dados forem obtidos ou medidas forem adotadas.

10.4.3. A **CONTRATADA** deverá prestar todo o suporte técnico, jurídico e administrativo necessário à **CONTRATANTE** para a eventual comunicação do incidente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), aos titulares afetados, bem como a outros órgãos competentes, conforme previsto no art. 48 da Lei nº 13.709/2018.

10.5. A **CONTRATADA** compromete-se a cooperar com a **CONTRATANTE** no atendimento tempestivo e adequado às solicitações dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), exclusivamente mediante requisição formal da **CONTRATANTE**.

10.5.1. A **CONTRATADA** deverá viabilizar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da requisição da **CONTRATANTE**, o fornecimento de todas as informações necessárias à verificação, validação e atendimento de solicitações formuladas pelos titulares, tais como:

- I – confirmação da existência de tratamento;
- II – acesso aos dados pessoais;
- III – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
- V – informação sobre compartilhamento de dados;
- VI – informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa, quando aplicável.

- 10.5.2. A **CONTRATADA** não poderá responder diretamente a solicitações dos titulares, salvo se expressamente autorizada pela **CONTRATANTE**, devendo encaminhar imediatamente qualquer solicitação recebida, por qualquer meio, à **CONTRATANTE**, em até 2 (dois) dias úteis.
- 10.5.3. As obrigações previstas nesta cláusula não afastam a responsabilidade da **CONTRATADA** por eventual descumprimento de instruções formais da **CONTRATANTE** que comprometa o atendimento aos direitos dos titulares, nos termos do art. 42 da LGPD.
- 10.6. A violação das obrigações de proteção de dados sujeitará a Parte infratora às penalidades contratuais, sem prejuízo das sanções legais e da obrigação de reparar eventuais danos.
- 10.6.1. A **CONTRATADA** responderá, nos termos do art. 42 da LGPD, por perdas e danos, inclusive de ordem moral ou material, causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, desde que comprovada sua culpa no descumprimento de obrigações relativas à proteção de dados pessoais decorrentes deste contrato. A responsabilidade incluirá o ressarcimento de eventuais multas administrativas impostas à **CONTRATANTE** em decorrência exclusiva de ação ou omissão da **CONTRATADA**.
- 10.6.2. A obrigação de confidencialidade permanecerá após o término da vigência deste Contrato e sua violação ensejará a aplicação à parte infratora da multa contratual cabível, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.
- 10.7. A **CONTRATADA** somente poderá envolver suboperadores no tratamento de dados pessoais mediante autorização prévia, expressa e formal da **CONTRATANTE**, devendo garantir que tais terceiros observem integralmente as obrigações de proteção de dados previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E PENALIDADES

- 12.1. O descumprimento do contrato ensejará a aplicação das penalidades previstas nesta cláusula.
- 12.2. **Multa de 0,5% (meio por cento)** sobre o valor mensal do contrato, por dia de atraso injustificado no início da prestação dos serviços, até o máximo de 10% (dez por cento).
- 12.2.1. No caso de atraso injustificado por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, a rescisão contratual, por culpa da **CONTRATADA**, aplicando-se a multa prevista na cláusula 12.5

- 12.3. **Multa pela entrega do objeto em desacordo com as especificações técnicas:** 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto executado incorretamente, a ser fixada nos termos da cláusula 12.11, sem prejuízo da obrigação de refazimento.
- 12.3.1. Na hipótese desta cláusula 12.3, poderá, ainda, ser proposta pelo gestor ou fiscal do contrato, de maneira fundamentada, a aplicação da pena de **ADVERTÊNCIA** em vez da multa, quando não se justificar a imposição de penalidade pecuniária.
- 12.4. **Multa por inexecução parcial do contrato:** 10% (dez por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada.
- 12.5. **Multa por inexecução total do contrato:** 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
- 12.5.1. Na mesma multa incorrerá a **CONTRATADA** quando, por qualquer outra razão, der causa à rescisão do contrato pela **CONTRATANTE**.
- 12.6. **Multa por violação à cláusula 10ª (LGPD):** até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, a ser fixada nos termos da cláusula 12.10.
- 12.7. Havendo comunicação de desinteresse da **CONTRATADA** em prorrogar o contrato após o prazo previsto na cláusula 2.1.2. deste contrato, esta ficará sujeita à multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato, observados os critérios previstos na cláusula 12.10.
- 12.8. **Multa por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste ajuste,** não capitulada em cláusula específica: 2% (dois por cento) do valor total do contrato, podendo ser reduzida pela metade por manifestação da fiscalização ou da gestão do contrato quando demonstrada a baixa lesividade do descumprimento, observados os critérios da cláusula 12.10.
- 12.8.1. Na hipótese desta cláusula 12.7, poderá, ainda, ser proposta pelo gestor ou fiscal do contrato, de maneira fundamentada, a aplicação da pena de **ADVERTÊNCIA** em vez da multa, quando não se justificar a imposição de penalidade pecuniária.
- 12.9. Nas hipóteses das cláusulas 12.4, 12.5 e 12.6, ficará a critério da Administração a aplicação concomitante, em decisão fundamentada:
- a)** da pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração, observado o disposto no art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- b)** da pena de inidoneidade por até 6 (seis) anos, observado o disposto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.10. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 12.11. As sanções são independentes e a aplicação da penalidade de multa não exclui a aplicação concomitante das demais penalidades.
- 12.12. O prazo para pagamento das multas será de 30 dias a partir da intimação da **CONTRATADA**.
- 12.12.1. A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos pela **CONTRATADA**.
- 12.12.2. O valor das multas poderá ser descontado das faturas devidas à **CONTRATADA**.
- 12.12.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 12.13. Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação da Unidade Requisitante, esclarecendo os fatos ou problemas que motivaram o inadimplemento, ou, na hipótese de caso fortuito ou força maior, que a **CONTRATADA** comprove a ocorrência do evento que a impediu de cumprir a obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário, conforme previsto no art. 146 do Decreto nº 62.100/2022.
- 12.14. A **CONTRATANTE**, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) em advertência, observados os critérios da cláusula 12.10.
- 12.15. O procedimento para aplicação de penalidade observará o disposto nos artigos 145 a 148 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.
- 12.16. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso, nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos neles fixados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato será extinto quando expirado o prazo de vigência.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ANTICORRUPÇÃO

- 14.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta

quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma nos termos do art. 114, II, do Decreto nº 62.100/2022.

- 14.2. As Partes declaram ter ciência dos deveres de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme requisitos das Normas Anticorrupção incluindo, mas não se limitando à Lei Federal nº 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados e colaboradores, assim como terceiros que as representem, a obrigação de cumprir estas diretrizes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 62.100/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante prévia celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.5. O pedido de revisão de preços será apreciado nos termos do procedimento previsto na legislação municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

- 17.1. Este contrato e seus eventuais aditamentos deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e nos sistemas eletrônicos oficiais, conforme previsto no art. 150 do Decreto nº 62.100/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

- 18.1. As controvérsias relativas à execução e à interpretação deste contrato serão solucionadas amigavelmente por meio de negociação entre as partes. Caso não haja solução pela negociação, as partes poderão submeter a controvérsia para a mediação judicial ou extrajudicial.
- 18.2. Não havendo solução consensual, fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial decorrente deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem de acordo as partes **CONTRATANTES**, foi lavrado o presente instrumento, que, lido e achado conforme, segue assinado eletronicamente pelas partes contratantes e por duas testemunhas.

LUIZ CARLOS ZAMARCO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONTRATANTE

XXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para:

- a) **Locação de bombas extratoras de leite humano de uso hospitalar**, contemplando entrega, instalação, teste de funcionamento, treinamento operacional, bem como manutenção preventiva e corretiva durante todo o período de vigência contratual;
- b) **Aquisição de insumos (kits para extração de leite humano reutilizáveis), com fornecimento anual ao longo da vigência do contrato**, em quantitativos compatíveis com o consumo estimado das unidades hospitalares, visando atender à demanda dos seguintes estabelecimentos vinculados à Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo: Hospital Municipal Dr. Carmino Caricchio, Hospital Municipal Dr. Alípio Corrêa Neto, Hospital Municipal Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha, Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro de Saboya, Hospital Municipal Dr. Ignácio Proença de Gouvea, Hospital Municipal Dr. José Soares Hungria, Hospital Municipal Prof. Dr. Waldomiro de Paula, Hospital Municipal Tide Setúbal, Hospital Municipal e Maternidade Mario Degni e Hospital Municipal Maternidade Dr. Mario de Moraes Altenfelder Silva..

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por objetivo a locação de bombas extratoras de leite humano de uso hospitalar, em conjunto com a aquisição de kits de extração de leite humano reutilizáveis, com fornecimento anual ao longo da vigência contratual, em quantitativos compatíveis com o consumo estimado das unidades, a fim de suprir a demanda dos serviços dos Hospitais Municipais vinculados à Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

Nascem cerca de 15 milhões de bebês prematuros a cada ano no mundo, o Brasil está entre os dez países com maior número de partos prematuros¹. Segundo o Ministério da Saúde, no Brasil, nascem aproximadamente 340 mil bebês prematuros anualmente. Em 2024 foram registrados 49 mil nascimentos prematuros em São Paulo, uma parte do total de 245.247 nascimentos prematuros notificados no estado até o momento².

O parto pré-termo é aquele que ocorre antes das 37 semanas de gestação, sendo definido como parto prematuro. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), existem três níveis de prematuridade: extremamente prematuro, nascimento que ocorre abaixo de 28 semanas; prematuridade moderada, entre 29 e 33 semanas; e

prematuridade tardia, de 34 a 37 semanas³.

Uma das estratégias em destaque para o cuidado aos recém-nascidos de parto prematuro (RNPT) é a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), formulada em 1990 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A IHAC visa estimular o aleitamento materno mundialmente e enfatizar a necessidade de hospitais e maternidades mudarem rotinas e condutas que prejudicam a amamentação e determinam um desmame precoce⁴.

Tendo em vista o perfil das gestantes e, sobretudo, dos recém-nascidos atendidos pelas Unidades Hospitalares Municipais pertencentes a SMS, percebeu-se ao longo dos anos, a importância de ampliar a capacidade de atendimento aos pacientes neonatais intensivos e semi-intensivos, tanto quantitativamente quanto qualitativamente. Neste contexto, as tecnologias também devem acompanhar a evolução, focando na breve recuperação dos neonatos, com a qualidade e segurança necessárias para seu pleno desenvolvimento e crescimento saudável. Atualmente a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) realiza a gestão direta de 12 Hospitais. Destes hospitais, 7 são também maternidades, e destas, 3 possuem Banco de Leite Humano (BLH) e 1 Posto de Coleta de Leite Humano (PCLH).

Considerando a necessidade de atendimento dos recém-nascidos (nascidos até 28 dias de vida) e lactentes (bebês ou crianças que ainda mamam), temos as UTIs pediátricas e neonatal externa em 03 Hospitais Municipais.

Todos os Hospitais que possuem maternidade dispõem de leitos de Unidades de Terapia Intensiva e Cuidados Intermediários Neonatais (UTIN/UCIN) exclusivos.

A unidade de terapia intensiva neonatal (UTIN) é um ambiente especialmente dedicado a receber os recém nascidos pré-termo (RNPT), que nasceram com baixo peso ou com alguma condição que possa comprometer seu crescimento/desenvolvimento. Os recém-nascidos que são encaminhados para a UTIN são assistidos com cuidados intensivos e tratamentos específicos para que possam se desenvolver integralmente, tornando-se aptos a respirar, sugar e deglutir, principalmente quando consideramos a prematuridade.

A unidade de cuidado intermediário neonatal (UCIN) oferece cuidados médicos e de enfermagem a recém-nascidos de médio risco, que não precisam de cuidados intensivos, contudo ainda demandam assistência contínua 24h e assistência de menor complexidade, equivalente à unidade semi-intensiva para adultos.

A UTIN e UCIN são unidades especiais, responsáveis pelo atendimento de bebês prematuros e de qualquer recém-nascido que apresente complicações ao nascer devido a doenças pré-detectadas ou diagnosticadas no parto. Os cuidados especiais neonatais podem ser voltados para recém-nascidos prematuros, com infecções congênitas, insuficiências respiratórias e/ou cardíacas, icterícia intensa, malformações congênitas, entre outras condições.

Em suma, essas unidades representam espaços de cuidado especializado e de segurança, com o objetivo de garantir melhor qualidade de vida ao recém-nascido. Os hospitais pertencentes à SMS enfrentam uma alta demanda assistencial de lactentes internados, pois muitos não conseguem realizar a amamentação direta à mama materna de forma eficaz devido às suas condições clínicas.

Nesses casos, torna-se essencial o apoio institucional para a extração e oferta de leite humano — seja pasteurizado ou cru — tanto nas unidades com maternidade (488 leitos) quanto nas unidades que não possuem maternidade (92 leitos), o que evidencia a significativa necessidade de disponibilidade de leite humano.

A oferta adequada de leite humano é especialmente crítica em unidades como UTINs, UCINs, Alojamentos Conjuntos, UTIs Pediátricas e Clínicas Pediátricas. Além disso, há situações em que a amamentação direta é inviável por fatores maternos, como complicações de saúde, lesões mamárias, além do apoio necessário a “mulher trabalhadora que amamenta” e “doadora de leite humano”.

O leite materno é essencial para a saúde humana, com impactos duradouros ao longo da vida. Além de fornecer nutrientes vitais para o bebê nos primeiros dias e meses após o nascimento, ele reduz os riscos de doenças infecciosas, mortalidade neonatal e infantil, previne diferentes formas de má nutrição, promove o desenvolvimento do Quociente de Inteligência (QI), favorece recuperação clínica e desenvolvimento neurológico e diminui a incidência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)⁵. Além desses benefícios o LH apresenta inúmeras vantagens para os recém-nascidos internados, como a prevenção da enterocolite necrosante, o desenvolvimento pulmonar e possibilita a formação do microbioma⁶. Essas afirmações são amplamente aceitas pela comunidade científica e tornam-se ainda mais impactantes quando falamos de recém-nascidos prematuros e de baixo peso. Nesses casos, o leite materno não é apenas um alimento, mas um fator crucial para a sobrevivência.

A SMS possui quatro unidades de saúde que além de fornecerem atendimento aos recém-nascidos internados, também fazem o acompanhamento dos lactentes e lactantes (mulheres que amamentam) após a alta do binômio, através do ambulatório vinculado ao Bancos de Leite Humano (BLH) e Posto de Coleta de Leite Humano (PCLH). Essas unidades desempenham um papel estratégico na segurança alimentar e nutricional de todos os recém-nascidos, garantindo acesso e qualidade a esse alimento funcional que é o leite materno/humano⁵.

Os BLHs trabalham incansavelmente para garantir que os bebês mais vulneráveis tenham acesso ao leite humano que é o alimento mais completo, nutritivo e sustentável que existe. Possibilitar o acesso ao leite humano está em perfeita consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por ser um alimento sustentável e de baixo custo, propiciando à alimentação digna e de qualidade, com o padrão ouro, que salva vidas de recém-nascidos e lactentes, aspecto por vezes oculto em inúmeros debates mais amplos sobre a fome e desnutrição⁵.

Todas as maternidades assumem a importante função de ofertar o leite humano, ao recém-nascido internado, em especial os bancos de leite humano que desempenham atividades além da coleta da produção láctica da nutriz, sendo responsável pela recepção, seleção, classificação, pasteurização, processamento, distribuição e controle de qualidade do leite humano.

Diante desse cenário, é fundamental estimular e apoiar a produção e a extração de leite humano das lactantes, tanto para alimentar seus próprios filhos internados quanto para contribuir com os Bancos de Leites Humano (BLH), ampliando o acesso a esse recurso vital para os recém-nascidos em situação de vulnerabilidade. É importante salientar que, ao propiciarmos o aleitamento materno direto e a oferta do leite humano no ambiente intra-hospitalar, estamos assegurando a nutrição, aumento da produção de leite com possibilidade de captação de leite futura além de promover o crescimento adequado das crianças quando elas retornam para suas casas. Essas ações vão ao encontro a recomendação da OMS de que o aleitamento materno seja exclusivo durante os primeiros 6 meses de vida e, em seguida, que a amamentação continue até pelo menos os 2 anos de idade, ou mais, mesmo com a introdução de alimentos complementares.

Aproximadamente 20% dos bebês nascidos nas maternidades da SMS necessitaram de cuidados em UTIN/UCIN, e que 41% desses eram prematuros, torna-se de extrema relevância a padronização de bombas extratoras de leite humano com características adequadas não apenas para a extração imediata do leite destinado aos recém-nascidos com capacidade de amamentação a curto prazo (viabilizando práticas como a colostroterapia), mas também para estimular e manter a produção de leite materno a longo prazo, especialmente para os prematuros que permanecem internados por períodos prolongados.

A bomba de leite humano com programação para manutenção para os prematuros, garante que os recém-nascidos recebam o leite humano em quantidade suficiente, assim que tiverem liberação médica, independente do período de permanência da internação. A bomba de leite humano com programação para prematuros possibilita manutenção e extração do leite humano materno, prevenindo lesões mamárias, estimulando a produção de leite e evitando mastites.

As bombas extratoras de leite humano, quando adequadas à realidade dos pacientes atendidos nas maternidades, são ferramentas imprescindíveis para fortalecer a autossuficiência dos Bancos de Leite Humano (BLH). Essa autossuficiência é incentivada no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança e Aleitamento Materno (PNAISC) e está diretamente relacionada à capacidade de cada unidade hospitalar ou rede regional de coletar, processar e distribuir leite humano em volume e qualidade suficientes para atender à demanda local.

3. LOCAIS DE ENTREGA

HMCC – Hospital Municipal Dr. Carmino Caricchio

Av. Celso Garcia, 4815 – Tatuapé – SP

A/C – Diretoria Administrativa - Tel.: 5178-1513 / 1514 / 3394-6968

HMACN - Hospital Municipal Prof. Dr. Alípio Correa Neto

Al. Rodrigo de Brunn, 1989 – Ermelino Matarazzo – SP

A/C – Diretoria Administrativa Tel.: 3394-8100 / 8101 / 8141

HMFMPR - Hospital Municipal Prof. Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha

Estrada da Itapecerica, 1661 – Campo Limpo

A/C – Diretoria Administrativa / Setor de Equipamentos- Tel.:11 5178-2482

HMARS - Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro Saboya

Rua Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro, 860- Jabaquara

A/C – Diretoria Administrativa- Tel.: 5178-1056

HMIPG – Hospital Municipal Dr. Ignacio Proença de Gouvea

Rua Juventus, 562 – Mooca

A/C Diretoria Administrativa /Central de Equipamentos - Tel.: 11 5178-0053 / 0054 / 0055

HMJSH – Hospital Municipal Dr. José Soares Hungria

Rua: Menotti Laudísio, 100 – Pirituba

A/C Diretoria Administrativa – Tel.: 11 5178-0765 / 0766 / 0767

HMWP - Hospital Municipal Prof. Dr. Waldomiro de Paula

R. Augusto Carlos Bauman, 1074 - Itaquera, São Paulo

A/C Diretoria Administrativa - Tel.: 5178-0530 / 0531 / 0532 / 0533

HMTS - Hospital Municipal Tide Setúbal

Rua Dr. José Guilherme Eiras, 123 - São Miguel Paulista – São Paulo.

A/C Diretoria Administrativa /Gestão de Equipamentos- Tel.: 11 5178-1294 / 1296

HMMD - Hospital Municipal e Maternidade Mário Degni

Rua Lucas de Leide, 257 – Rio Pequeno – SP

A/C – Diretoria Administrativa - Tel.:11 5178-1828

HMEC – Hospital Municipal e Maternidade Escola Dr. Mário de Moraes Altenfelder Silva

Avenida Deputado Emílio Carlos, 3100 – Vila Nova Cachoeirinha – São Paulo – SP

A/C – Diretoria Administrativa - Tel.: 11 3986-1131

ENTREGA DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, EM DIAS ÚTEIS, DAS 08:00 ÀS 16:00. AGENDAR PREVIAMENTE COM A UNIDADE DE SAÚDE.

4. DA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Objeto do presente termo de referência é a **BOMBA EXTRATORA DE LEITE HUMANO DE USO HOSPITALAR E KITS PARA EXTRAÇÃO DE LEITE HUMANO**, cujas especificações gerais, descrição dos itens e quantitativos encontram-se dispostos abaixo:

LOTE 01: BOMBA EXTRATORA DE LEITE HUMANO DE USO HOSPITALAR E KITS PARA EXTRAÇÃO DE LEITE HUMANO

DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO
<p>BOMBA ELÉTRICA PARA A EXTRAÇÃO DE LEITE HUMANO DE USO HOSPITALAR - Bomba elétrica para extração dupla de leite humano, destinada ao uso hospitalar, por meio de sucção a vácuo. Deve conter duplo coletor com conexão individual, direta e independente entre eles no extrator (duas entradas de vácuo no extrator), possuindo membrana de proteção no kit de extração, que possibilite a retirada de leite em uma ou nas duas mamas simultaneamente, evitando o risco de contaminação cruzada. Possuir painel com visor, permitir a visualização no painel, controle de regulagem do vácuo e do ciclo de retirada, e padrão de extração para recém-nascido prematuro e a termo, com modo de estimulação e extração de leite humano. Permitir a extração individual ou dupla sem prejuízo ou alteração no nível de vácuo. O equipamento deve apresentar sistema que evite a entrada de leite na bomba (sistema fechado) e possibilitar o enxágue interno caso ocorra entrada de leite sem afetar o funcionamento. Com suporte em plástico para apoio do reservatório. Deve atender as fases de estimulação da lactação e extração de leite humano com conforto e eficiência, suprimindo a necessidade das mães de bebês prematuros e a termo, com diminuição dos riscos de lesões mamárias. Todas as peças que têm contato com o leite materno devem ser isentas de isentas de BPA e ftalatos.</p> <p><i>Características:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Bomba Portátil; • O nível do vácuo deve variar mínimo menor que 177,8 mmHg e máximo maior que 228,6mmHg; • Nível de som: < 47 dBA. • Alimentação: bivolt automático; • Kits com materiais atóxicos, livres de bisfenol-A (BPA). <p>Documentação Exigida:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Catálogo técnico original com imagem do equipamento e especificações completas; • Manual de operação em português; • Registro vigente na ANVISA. 	74
<p>Kit de extração de Leite CÓDIGO SUPRI: 1106500800800090 Kit para extração de leite humano deve ser compatível com a bomba</p>	975

<p>extratora de leite humano, composto por no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 (um) frasco de coleta compatível com a bomba, em plástico polipropileno, capacidade de, no mínimo 150 ml, esterilizável em autoclave; • 01 (uma) tampa em plástico polipropileno, esterilizável em autoclave; • 01 (um) conector com membrana, compatível com frasco, esterilizável em autoclave; • 01 (um) tubo para conexão entre kit e extratora, esterilizável em autoclave; • 01 (uma) capa para ligação do tubo e o diafragma do extrator, esterilizável em autoclave; • 01 (um) funil compatível com kit de extração, com variação dos tamanhos (P, M, G) 24mm, 27mm e 30mm, esterilizável em autoclave. 	
---	--

5. DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADE

ITENS	DESCRIPTIVO CURTO	HMACN	HMFMPR	HMIPG	HMEC	HMMD	HMTS	HMWP	HMCC	HMARS	HMJSH	TOTAL
1	BOMBA ELETRICA PARA EXTRACAO DE LEITE HUMANO – USO HOSPITALAR Cod Supri: 1106502700300135	11	11	05	17	05	05	06	06	03	05	74

ITENS	DESCRIPTIVO CURTO	HMACN	HMFMPR	HMIPG	HMEC	HMMD	HMTS	HMWP	HMCC	HMARS	HMJSH	TOTAL
1	KITS PARA EXTRACAO DE LEITE HUMANO – REUTILIZAVEL Cod Supri: 1106500800800090	150	150	75	150	75	75	75	75	50	100	975

Os quantitativos de kits indicados correspondem ao consumo estimado, devendo ser fornecidos de forma contínua e parcelada ao longo da vigência contratual, conforme o Consumo Médio Mensal (CMM) estabelecido, a fim de garantir o suprimento adequado e ininterrupto da demanda das unidades.

6. DAS ORIENTAÇÕES GERAIS

6.1 Os equipamentos objeto da presente contratação, na modalidade **locação de bomba elétrica para extração de leite humano de uso hospitalar**, deverão ser **novos, de primeira utilização**, sem qualquer histórico prévio de uso, locação ou

demonstração, entregues em sua embalagem original ou equivalente que comprove sua condição de novo.

6.2 As bombas deverão atender rigorosamente aos padrões técnicos de segurança, desempenho e confiabilidade exigidos para equipamentos eletromédicos de uso hospitalar, garantindo funcionamento adequado, montagem precisa e ausência de riscos a pacientes, profissionais de saúde ou ao patrimônio público.

6.3 Os equipamentos deverão possuir **registro ativo na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**, estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da ABNT e da série ABNT NBR IEC 60601 (segurança de equipamentos eletromédicos), certificações do INMETRO quando aplicáveis, bem como demais regulamentações do Ministério da Saúde e normas sanitárias vigentes.

6.4 Não serão aceitos equipamentos usados, reconicionados, remanufaturados, demonstrativos, com sinais de desgaste, provenientes de mercado paralelo ou de origem duvidosa. A Administração poderá solicitar documentação comprobatória da condição de novo, incluindo nota fiscal de aquisição pelo locador, declaração do fabricante ou distribuidor autorizado, número de série e rastreabilidade.

6.5 O objeto locado deverá ser disponibilizado à Unidade Requisitante nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, devidamente instalado (quando aplicável), testado e acompanhado de orientações técnicas para uso seguro pela equipe assistencial.

6.6 Será exigida da licitante a apresentação de documentação técnica que demonstre que o modelo ofertado atende integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência. A documentação deverá conter descrição técnica detalhada do equipamento, incluindo princípio de funcionamento, sistema de controle de sucção/vácuo, ajustes operacionais, características físicas, elétricas e de desempenho, nível de ruído, mecanismos de segurança e demais informações pertinentes.

6.7 Serão admitidos como documentação técnica os manuais e catálogos oficiais do fabricante, bem como os manuais depositados junto à ANVISA, desde que correspondentes ao modelo ofertado.

7. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

7.1. Comprovação da regularidade do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, através de cópia do registro ou da isenção, ou de notificação ou cadastramento, ou ainda, se for o caso, comprovação de que o produto não está sob controle sanitário;

7.2. Catálogo Técnico Original com foto contendo a marca, modelo, especificação completa do produto ofertado, registro na Anvisa, sendo que estes deverão estar claramente assinalado ou grifada as informações técnicas relevantes, de modo a possibilitar a rápida identificação pela Comissão Técnica responsável pela análise, este deverá estar em língua portuguesa do Brasil;

7.3. Manual do equipamento em língua portuguesa do Brasil;

7.4. Os proponentes devem apresentar como documento integrante da habilitação pelo menos 02 (duas) cópias de Atestado de Capacidade Técnica emitido por empresa pública ou privada comprovando o fornecimento dos materiais, de acordo com cada item. Este documento deverá conter o timbre da instituição emitente, assinado por seu respectivo representante legal, com nome legível, cargo e/ou função da pessoa competente por atestar o fornecimento; comprovando a prestação dos serviços compatíveis com o objeto.

7.5. Todos os elementos necessários devem ser abrangidos nos Atestados de Capacidade Técnica. Isso inclui não apenas os equipamentos relacionados a cada item, mas também os serviços abrangentes de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios essenciais. Além disso, é imprescindível que este atestado contemple a realização de calibrações e testes de segurança elétrica, com a devida emissão de certificados. É crucial que o documento comprove que a empresa prestou serviços análogos ao objeto de cada item, alcançando uma quantidade mínima de 50% correspondente do item presente.

7.6. Apresentar declaração de Assistência Técnica - Indicando empresa autorizada, com sede preferencialmente em São Paulo, que prestará serviços de assistência técnica e reposição de peças (durante e posterior a garantia);

7.7. Apresentar Carta de Solidariedade do fabricante no caso de empresa distribuidora.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. O critério de julgamento das propostas será o de **Menor Preço por Lote**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, condições de habilitação e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

8.2. A classificação das propostas observará o menor valor global ofertado para cada lote, considerando todos os itens que o compõem, não sendo admitida proposta parcial para os itens integrantes do respectivo lote.

8.3. Somente serão consideradas aptas à fase de julgamento as propostas que estiverem em conformidade com as exigências técnicas, regulatórias e documentais previstas neste Termo de Referência.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE DOCUMENTOS

9.1. Todos os documentos apresentados deverão ser claros e legíveis;

9.2. Os documentos apresentados em língua estrangeira, emitidos por entidades públicas ou privadas de seus países de origem, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados brasileiros e traduzidos por tradutor juramentado;

10. DA VIGÊNCIA E INÍCIO DOS SERVIÇOS

10.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses**, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107

da Lei nº 14.133/2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, desde que haja concordância das partes, a CONTRATADA haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

10.2. Os serviços contratados poderão ser rescindidos a qualquer momento por ambas as partes, desde que comunicado com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

10.3. Tendo em vista o caráter substitutivo da presente contratação e por se tratar de unificação de serviço contínuo imprescindível para as unidades, as datas de início deverão ser estabelecidas pela Engenharia Clínica-SMS, através da Ordem de Início, e a execução dos serviços acontecerá em etapas subsequentes conforme tratado neste Termo de Referência.

10.4. A Ordem de Início dos Serviços deverá ser assinada e devolvida no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis.

11. PRAZO E CONDIÇÕES PARA ENTREGA, INSTALAÇÃO E INÍCIO DA LOCAÇÃO

11.1. A entrega e testes de funcionamento deverão ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Início.

11.2. A Ordem de Início deverá ser assinada pela contratada e devolvida ao Setor de Engenharia Clínica no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de seu recebimento.

11.3. Para fins deste Termo de Referência, o prazo de 30 (trinta) dias úteis contempla obrigatoriamente:

- a entrega física do equipamento na unidade requisitante;
- a realização de testes operacionais e de segurança.

11.4. O início da contagem para fins de pagamento da locação somente ocorrerá após a efetiva entrega, teste funcional e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Engenharia Clínica, atestando que o equipamento se encontra em pleno funcionamento e apto ao uso.

11.5. O equipamento deverá ser entregue embalado conforme praxe do fabricante, de modo que sua integridade seja preservada durante o transporte e eventual armazenamento. A contratada arcará integralmente com todos os custos logísticos, incluindo transporte, descarga, instalação e demais despesas necessárias à disponibilização do equipamento no setor onde será utilizado.

11.6. A entrega deverá observar as normas internas da instituição, incluindo agendamento prévio com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, junto à unidade requisitante e à Engenharia Clínica.

12. CONVOCAÇÃO DAS MANUTENÇÕES

12.1. A CONTRATADA será acionada para prestação dos serviços exclusivamente por escrito, por meio de correio eletrônico (e-mail), devendo manter

endereço eletrônico exclusivo para recebimento de chamados técnicos, bem como confirmar formalmente o recebimento da solicitação no prazo máximo de até 02 (duas) horas.

12.2. Os atendimentos técnicos deverão ocorrer no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas úteis, contadas do envio do chamado pela CONTRATANTE, inclusive aos sábados, domingos e feriados, considerando tratar-se de equipamento de uso assistencial essencial.

12.3. Entende-se por atendimento técnico o comparecimento de profissional habilitado ao local de instalação do equipamento ou, quando aplicável, o início do suporte remoto para diagnóstico e resolução da ocorrência.

12.4. Caso o equipamento não seja restabelecido em pleno funcionamento no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após o chamado, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição imediata por equipamento equivalente ou superior, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, garantindo a continuidade da assistência.

12.5. Durante o período de indisponibilidade superior ao prazo estabelecido, não será devido o pagamento proporcional da locação correspondente ao período de inoperância.

13. DA MANUTENÇÃO, TRANSFERÊNCIA E ALTERAÇÃO DE LOCAL DE INSTALAÇÃO

13.1. A fim de evitar quaisquer prejuízos decorrentes da ausência de manutenção preventiva periódica ou demais intervenções necessárias ao pleno funcionamento do equipamento, caberá à CONTRATANTE, por meio do Fiscal do Contrato, comunicar formalmente à Engenharia Clínica da SMS e à CONTRATADA quaisquer intercorrências, irregularidades ou necessidade de manutenção.

13.2. A CONTRATADA fica obrigada a realizar manutenção preventiva periódica, conforme plano de manutenção do fabricante e normas técnicas aplicáveis, bem como manutenção corretiva sempre que necessário, garantindo o pleno funcionamento e segurança do equipamento durante toda a vigência contratual.

13.3. Em caso de remanejamento ou transferência do equipamento para outra unidade de saúde contemplada no contrato, a CONTRATADA deverá realizar a desinstalação, transporte, reinstalação, testes operacionais e validação técnica no novo local, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, desde que a unidade esteja vinculada à Secretaria Municipal da Saúde e abrangida pela contratação.

13.4. Nos casos de transferência definitiva entre unidades, o Fiscal do Contrato, juntamente com a Diretoria Administrativa da unidade envolvida, deverá autuar processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para formalização da alteração contratual, quando necessário, por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

13.5. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar a inclusão de novas unidades de saúde no contrato, desde que estas estejam sob gestão da Secretaria Municipal da

Saúde, observados os limites legais previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 quanto a acréscimos contratuais.

14. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA E MANUTENÇÃO DURANTE A VIGÊNCIA

14.1. Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA será integralmente responsável pelo perfeito funcionamento do equipamento locado, incluindo partes, peças, acessórios e consumíveis necessários à sua operação.

14.2. A CONTRATADA deverá assegurar que o equipamento permaneça em perfeitas condições de uso, segurança e desempenho, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas da ABNT e da série ABNT NBR IEC 60601.

14.3. Todas as intervenções técnicas, inclusive manutenção preventiva, corretiva, substituição de peças e ajustes necessários, ocorrerão sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

14.4. As peças substituídas deverão ser novas, originais ou compatíveis certificadas pelo fabricante, garantindo padrão de qualidade igual ou superior ao originalmente instalado.

14.5. Caso seja necessária a retirada do equipamento para manutenção externa, os custos de transporte, retirada e devolução serão integralmente suportados pela CONTRATADA.

14.6. A indisponibilidade do equipamento por prazo superior ao estabelecido no SLA implicará substituição por equipamento equivalente ou superior, sem ônus adicional.

14.7. A responsabilidade técnica da CONTRATADA quanto ao funcionamento do equipamento permanece vigente durante todo o período contratual, independentemente da data de instalação.

15. DA INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE EQUIPAMENTOS

15.1. Exclusão (Supressão)

15.1.1. Quando houver necessidade de exclusão de equipamento integrante do contrato, o Fiscal do Contrato ou a Diretoria Administrativa da unidade de saúde deverá comunicar formalmente a decisão à Engenharia Clínica e à CONTRATADA, por meio de correio eletrônico institucional ou autuação de processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), indicando expressamente a data prevista para a desmobilização do equipamento.

15.1.2. A exclusão somente produzirá efeitos após formalização por meio de Termo Aditivo ou instrumento equivalente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os limites legais de supressão contratual.

15.1.3. A retirada do equipamento deverá ser acompanhada por relatório técnico de desinstalação e termo de devolução, devidamente assinados pelas partes.

15.2. Inclusão (Acréscimo)

15.2.1. Para inclusão de novos equipamentos no contrato, a unidade hospitalar deverá apresentar justificativa técnica fundamentada, contendo a descrição da necessidade assistencial, a quantificação do pedido e a indicação do setor de instalação.

15.2.2. A solicitação será submetida à análise da Engenharia Clínica e das demais áreas competentes, a fim de avaliar a viabilidade técnica, orçamentária e contratual, observando-se os limites legais de acréscimo previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2.3. A inclusão somente poderá ocorrer após formalização por meio de Termo Aditivo ou instrumento equivalente.

15.3. Documentação Comprobatória

15.3.1. Tanto para exclusão quanto para inclusão de equipamentos, será obrigatória a apresentação de documentação comprobatória pertinente, incluindo justificativa formal da unidade requisitante, parecer técnico da Engenharia Clínica e demais registros administrativos necessários.

15.4. Quando aplicável, deverá ser apresentada a documentação fiscal correspondente ao período de faturamento proporcional ou ajustes contratuais decorrentes da alteração.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável, compete à CONTRATADA:

16.1. Entrega e Instalação

a) Efetuar a entrega, instalação, testes de funcionamento, teste de segurança elétrica e treinamento operacional dos equipamentos dentro do prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

b) Fornecer cronograma de Manutenção Preventiva, Teste de Segurança Elétrica e demais intervenções técnicas, em conjunto com as unidades de saúde e Engenharia Clínica;

16.2. Manutenção e Assistência Técnica

c) Realizar manutenção preventiva e corretiva conforme recomendações do fabricante e normas técnicas vigentes, incluindo as normas da série ABNT NBR IEC 60601 aplicáveis;

d) Atender aos chamados técnicos no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência

e) Providenciar a substituição imediata do equipamento por outro igual ou superior, caso o defeito não seja sanado no prazo contratual;

f) Emitir relatório técnico de cada atendimento realizado, contendo no mínimo:

- identificação e estado do equipamento;
- descrição da manutenção preventiva ou corretiva;
- peças substituídas;

- causa da falha (quando houver);
- providências adotadas;
- registro de calibração ou teste elétrico, se aplicável.
- O relatório deverá ser vistado pelo Fiscal do Contrato e responsável da unidade.

16.3. Equipe Técnica

- g) Manter equipe técnica habilitada e capacitada, em número suficiente para atendimento da demanda contratual;
- h) Manter funcionários uniformizados, identificados com crachá e cumprir normas internas das unidades hospitalares;
- i) Fornecer EPIs adequados aos seus empregados;

16.4. Responsabilidades Técnicas e Operacionais

- j) Reparar ou refazer, sem ônus à CONTRATANTE, serviços executados em desacordo com as especificações;
- k) Fornecer todos os acessórios e insumos necessários ao pleno funcionamento do equipamento, observando prazo mínimo de validade de 1/3 do total quando aplicável;
- l) Garantir que seus equipamentos e ferramentas possuam proteção elétrica adequada, sendo responsável por quaisquer danos causados à rede da CONTRATANTE;
- m) Responder civil e penalmente por danos causados à Administração ou a terceiros;

16.5. Remanejamento e Alterações Contratuais

- n) Realizar manutenção periódica do equipamento mesmo quando houver remanejamento para outra unidade contemplada no contrato;
- o) Aceitar inclusão ou exclusão de unidades, conforme item 3.5, mediante formalização contratual;
- p) Não retirar equipamentos das dependências da unidade sem anuência formal da Diretoria Administrativa ou Fiscal do Contrato;

16.6. Comunicação e Fiscalização

- q) Informar nome e contato do responsável técnico e administrativo para tratativas contratuais;
- r) Assegurar à CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar ou determinar a correção de qualquer serviço executado em desacordo com as normas;
- s) Comparecer sempre que solicitado para reuniões técnicas ou esclarecimentos;
- t) Prestar informações técnicas no prazo máximo de 03 dias úteis;

16.7. Sinistros e Avarias

- u) Em caso de roubo, furto ou extravio por culpa da CONTRATANTE, apresentar boletim de ocorrência em até 48 horas e documentação comprobatória do valor do equipamento;
- v) Em caso de avaria, apresentar relatório técnico com fotos e orçamento para análise da CONTRATANTE;

w) Encaminhar à Engenharia Clínica toda documentação relacionada a sinistros ou danos para avaliação e providências cabíveis;

16.8. Regularidade Contratual

- x) Manter durante toda a vigência contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- y) Cumprir integralmente a legislação trabalhista, fiscal e previdenciária;
- z) Assumir integralmente os riscos e despesas decorrentes da execução do contrato.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das demais obrigações previstas neste Contrato e na legislação aplicável, constituem obrigações da CONTRATANTE:

17.1. Fiscalização e Acompanhamento

a) A Diretoria Administrativa de cada unidade de saúde deverá acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, designando servidor formalmente para exercer a função de Fiscal do Contrato, registrando e documentando as ocorrências verificadas.

Parágrafo único: A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inclusive aquelas decorrentes de imperfeições técnicas ou uso de materiais inadequados, nos termos do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Não permitir a execução de serviços em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato;

17.2. Acesso e Apoio Operacional

c) Garantir à CONTRATADA acesso aos setores onde os equipamentos estiverem instalados, para realização de vistoria técnica, manutenção preventiva, manutenção corretiva, testes e demais intervenções necessárias;

d) Disponibilizar os equipamentos devidamente higienizados/descontaminados quando da realização das manutenções, bem como cooperar no que for necessário para a adequada execução dos serviços;

e) Designar profissional responsável para acompanhar as intervenções técnicas realizadas;

f) Disponibilizar mensalmente os equipamentos para execução das manutenções preventivas programadas, informando à CONTRATADA número de série, patrimônio e localização (andar/setor);

17.3. Comunicação e Controle

g) Comunicar à CONTRATADA qualquer falha, defeito ou irregularidade observada no funcionamento do equipamento, especificando o ocorrido;

h) Comunicar previamente à CONTRATADA eventual necessidade de remanejamento, transferência ou desativação do equipamento, sendo vedada a movimentação entre unidades sem execução pela própria CONTRATADA;

- i) Nos casos previstos nos itens 3.4 e 3.5 deste Termo de Referência, autuar processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para formalização junto à Engenharia Clínica da SMS e à CONTRATADA;
- j) Atestar a efetiva realização dos serviços mediante assinatura do Relatório de Serviços emitido pela CONTRATADA;
- k) Arquivar e manter sob guarda todos os documentos pertinentes às manutenções, incluindo relatórios técnicos, certificados de calibração e testes de segurança elétrica;

17.4. Responsabilidade pelo Uso

- l) Zelar pelo bom uso e conservação do equipamento;
- m) Não alienar, ceder, emprestar ou sublocar o equipamento, total ou parcialmente;
- n) Não permitir a intervenção de terceiros no equipamento sem prévia autorização da CONTRATADA;

17.5. Sinistros e Avarias

- o) Ressarcir o valor correspondente ao equipamento, devidamente atualizado conforme valor de mercado ou nota fiscal apresentada pela CONTRATADA, nos casos de destruição, roubo, furto ou extravio por culpa da CONTRATANTE, excetuando-se eventos decorrentes de fenômenos naturais;
- p) Em caso de roubo, furto ou extravio, emitir boletim de ocorrência no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, exceto nos casos de destruição do equipamento;

17.6. Gestão Administrativa

- q) Comunicar ao setor de Suprimentos da SMS as especificações técnicas dos insumos essenciais ao funcionamento do equipamento, visando futura contratação ou aquisição, quando aplicável;
- r) Notificar a CONTRATADA quanto à retirada dos equipamentos ao término da vigência contratual;
- s) Aplicar as sanções administrativas cabíveis quando constatadas irregularidades contratuais;
- t) Efetuar o pagamento na forma e prazos estabelecidos no Contrato.

18. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1 Nos termos do inciso III do art. 104 e do art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado pela autoridade competente servidor para atuar como Fiscal do Contrato, bem como respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, como representante da Administração.

A indicação formal do fiscal e suplente será realizada pela Diretoria Administrativa de cada unidade de saúde.

18.2 Competências do Fiscal do Contrato

Compete ao Fiscal do Contrato:

- a) Acompanhar a execução dos serviços, assegurando o fiel cumprimento das cláusulas contratuais e das especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) Avaliar periodicamente a qualidade e o andamento dos serviços prestados, podendo supervisionar as atividades desenvolvidas pela CONTRATADA;
- c) Manter interlocução formal com a CONTRATADA, determinando providências necessárias à regularização de falhas, podendo rejeitar serviços executados em desacordo com o contrato;
- d) Executar mensalmente a medição dos serviços, mediante conferência e assinatura do Relatório de Serviços emitido pela CONTRATADA;
- e) Verificar, dentro da vigência contratual, o cumprimento da periodicidade das manutenções preventivas e corretivas, relatando eventuais irregularidades à Diretoria Administrativa para providências;
- f) Controlar as substituições de peças previstas contratualmente, bem como acompanhar solicitações de inclusão, exclusão ou transferência de equipamentos;
- g) Comunicar previamente à CONTRATADA e à Engenharia Clínica da SMS eventuais transferências, desativações ou remanejamentos de equipamentos;
- h) Em caso de dúvidas quanto aos relatórios técnicos apresentados, consultar a Engenharia Clínica da SMS para esclarecimentos;
- i) Monitorar continuamente o nível de qualidade dos serviços, intervindo sempre que necessário para exigir correções;
- j) Registrar formalmente todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual.

18.3 Transferências, Supressões e Remanejamentos

- a) Caso o equipamento não seja localizado durante visita técnica, o técnico da CONTRATADA deverá comunicar imediatamente o Fiscal do Contrato.
- b) Constatada supressão ou transferência sem formalização prévia, caberá ao Fiscal promover a regularização por meio de processo SEI, inclusive para fins de aditamento contratual.
- c) A ausência injustificada do equipamento poderá ensejar multa proporcional no contrato, até regularização da situação.
- d) Em situações excepcionais de empréstimo emergencial entre unidades hospitalares, a CONTRATADA e a Engenharia Clínica da SMS deverão ser imediatamente notificadas, sendo a unidade que estiver com o equipamento responsável pela validação do atesto mensal até o retorno ao local de origem.

18.4 Limites da Fiscalização

As decisões que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente para deliberação, conforme § 2º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por irregularidades, inexecuções ou desconformidades na execução do objeto, inclusive aquelas decorrentes de

imperfeições técnicas ou vícios ocultos, nos termos da legislação civil aplicável.

19. FORMA DE PRECIFICAÇÃO E DO PAGAMENTO

Bombas extratoras de leite humano – objeto de **locação**, cujo valor deverá ser apresentado de forma unitária mensal por bomba, considerando a quantidade total de 74 (setenta e quatro) unidades. O pagamento será processado mensalmente durante a vigência do contrato.

12 Kits para extração de leite humano – objeto de aquisição, cujo valor deverá ser apresentado de forma unitária por kit, considerando o quantitativo anual estimado de kits, compatível com a demanda das unidades hospitalares. O fornecimento deverá ocorrer de forma anual, ao longo da vigência contratual, sendo o pagamento efetuado conforme a entrega dos quantitativos anuais.

19.2 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA de forma mensal, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.

b) O pagamento estará condicionado à efetiva prestação dos serviços e ao resultado da avaliação mensal de desempenho, podendo haver glosa proporcional em caso de descumprimento contratual ou indisponibilidade do equipamento.

c) O primeiro pagamento somente será efetuado após a conclusão integral das etapas previstas, compreendendo obrigatoriamente:

- Entrega do equipamento;
- Teste de funcionamento;
- Emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Engenharia Clínica.

d) A contagem da vigência financeira da locação terá início somente após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, não sendo devido pagamento por período anterior à plena disponibilização do equipamento em condições regulares de uso.

20. DA AVALIAÇÃO E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

20.1 Da Avaliação dos Serviços (ANS)

a) Os serviços prestados pela CONTRATADA serão avaliados mensalmente conforme critérios estabelecidos no **ANEXO II – Acordo de Nível de Serviço (ANS)**, que integra este Termo de Referência para todos os fins.

b) O Fiscal do Contrato preencherá mensalmente a Ficha de Avaliação do ANS, na presença de representante da CONTRATADA, utilizando como base os parâmetros técnicos e operacionais previstos neste Termo de Referência.

c) O ANS constitui ferramenta de mensuração do desempenho contratual e instrumento definidor do valor mensal a ser pago à CONTRATADA, conforme o nível de serviço efetivamente entregue.

d) O ANS não constitui, por si só, penalidade administrativa, mas mecanismo de ajuste proporcional do pagamento em função da qualidade e disponibilidade dos serviços prestados.

e) O formulário de avaliação será preenchido em 02 (duas) vias, sendo uma

destinada à unidade de saúde e outra à CONTRATADA.

f) Caso a CONTRATADA não concorde com a avaliação realizada e se recuse a assinar a ficha, o documento poderá ser firmado por duas testemunhas da unidade, sendo assegurado à CONTRATADA o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de justificativa formal, acompanhada de documentação comprobatória.

g) A Secretaria Municipal da Saúde, por meio da área responsável pela gestão contratual e, quando necessário, com apoio técnico da Engenharia Clínica, analisará as justificativas apresentadas e emitirá posicionamento formal no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

h) A ocorrência de avaliações classificadas como “Regular” ou “Ruim” de forma reiterada poderá ensejar aplicação de penalidades administrativas, conforme previsto na legislação vigente e neste contrato.

20.2 Da Medição dos Serviços

a) A medição dos serviços será realizada mensalmente, mediante emissão de atestado pela unidade de saúde, com base na avaliação constante do ANEXO II – ANS.

b) Os serviços poderão ser classificados como:

- **“A Contento”**, quando executados de forma satisfatória e em conformidade com este Termo de Referência;
- **“Não a Contento”**, quando constatadas falhas, descumprimento de prazos, indisponibilidade injustificada ou não conformidade técnica.

c) Na hipótese de avaliação “A Contento”, o pagamento será efetuado conforme resultado do ANS.

d) Na hipótese de avaliação “Não a Contento”, o Fiscal do Contrato deverá registrar formalmente as falhas constatadas, com documentação comprobatória, para fins de aplicação de glosa proporcional e eventuais penalidades contratuais.

e) A reincidência de avaliações “Não a Contento” poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive rescisão contratual unilateral, observados o contraditório e a ampla defesa.

21. DAS PENALIDADES

21.1 Das Sanções Administrativas

Nos termos do artigo 156, incisos I a IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA poderá ser sancionada, isolada ou cumulativamente com multa, com as seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

a) Advertência

Será aplicada advertência por escrito quando ocorrerem:

- 02 (duas) avaliações “Ruim” subsequentes; ou
 - 03 (três) avaliações “Ruim” alternadas,
- no período de 12 (doze) meses, em quaisquer dos aspectos da avaliação do ANS, após manifestação do gestor do contrato.

b) Multa Administrativa

Poderá ser aplicada multa quando ocorrerem:

- 03 (três) avaliações “Ruim” subsequentes; ou
 - 04 (quatro) avaliações “Ruim” alternadas,
- no período de 12 (doze) meses.

21.2 Das Multas Pecuniárias

A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas:

I – Atraso no início da prestação

Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal do contrato por dia de atraso no início da prestação dos serviços, limitada a 10 (dez) dias.

Parágrafo único: Ultrapassado o prazo de 10 (dez) dias, poderá, a critério da CONTRATANTE, ser promovida a rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, aplicando-se multa de 20% sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

II – Inexecução Parcial

Multa de 10% sobre o valor mensal da parcela não executada ou considerada insatisfatória pela fiscalização.

III – Inexecução Total

Multa de 20% sobre o valor total do contrato.

IV – Descumprimento de Obrigações Acessórias

Multa de 0,5% sobre o valor mensal do contrato pelo descumprimento de cláusulas que não impliquem diretamente inexecução do objeto.

21.3 Disposições Gerais sobre Penalidades

a) Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e gravidade da infração;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos causados à Administração;
- eventual programa de integridade da empresa, nos termos do §1º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

b) As sanções são independentes e podem ser aplicadas cumulativamente.

c) A aplicação de multa não impede a aplicação das demais sanções administrativas.

d) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

e) Caso o valor da fatura seja insuficiente, a CONTRATADA deverá recolher o valor devido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

f) Esgotados os meios administrativos de cobrança, o débito poderá ser inscrito em dívida ativa.

g) A rescisão contratual atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei

Federal nº 14.133/2021.

h) Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso administrativo, nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei nº 14.133/2021, observados os prazos legais.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A eventual tolerância de qualquer das partes quanto ao descumprimento de cláusulas ou condições deste contrato não implicará novação, renúncia de direitos ou precedente, permanecendo exigíveis todas as disposições pactuadas.

b) Todas as comunicações, notificações ou solicitações relativas à execução do presente contrato deverão ser formalizadas por escrito, preferencialmente por meio eletrônico institucional ou via processo administrativo, e dirigidas aos endereços constantes no preâmbulo do instrumento contratual.

c) Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em decorrência da superveniência de normas federais, estaduais ou municipais que as autorizem ou determinem, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

d) A assinatura do contrato implica pleno conhecimento, pela CONTRATADA, de todas as cláusulas e condições nele estabelecidas, bem como das características técnicas e operacionais do objeto contratado, não podendo alegar desconhecimento como justificativa para eventual descumprimento.

e) A Administração reserva-se o direito de contratar terceiros para execução de serviços distintos daqueles abrangidos por este contrato, ainda que realizados nas mesmas dependências, desde que não haja interferência indevida na execução do objeto pactuado.

f) Integram o presente contrato, para todos os efeitos legais:

- o Termo de Referência que lhe deu origem;
- seus anexos;
- a proposta apresentada pela CONTRATADA;
- demais documentos que compõem o processo administrativo.

g) O presente ajuste, sua execução, alterações, recebimento do objeto e eventual extinção reger-se-ão pelas disposições do Decreto Municipal nº 62.100/2022, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

h) As partes declaram que, na execução deste contrato, não oferecerão, prometerão, concederão ou autorizarão qualquer vantagem indevida, pagamento ou benefício de qualquer natureza, direta ou indiretamente, a agentes públicos ou privados, comprometendo-se a observar integralmente a legislação anticorrupção aplicável, inclusive a Lei Federal nº 12.846/2013, assegurando que seus representantes, empregados e prepostos atuem em conformidade com tais disposições.

ANEXO II – A

TERMO DE RECEBIMENTO DO EQUIPAMENTO

Processo: _____

Contratada: _____

Termo de Contrato Nº: _____

Valor do Contrato: R\$ _____ (_____)

Data estabelecida na Ordem de Fornecimento: ____/____/____

Prazo de Execução: _____

Fiscal do Contrato: _____ (nome e RF)

Nota Fiscal de Venda: _____

Contratação de Empresa Especializada para:

a) Locação de bomba extratora de leite humano – uso hospitalar, contemplando entrega, instalação, teste de funcionamento, treinamento operacional, manutenção corretiva e preventiva durante todo o período de contrato;

b) Aquisição e fornecimento de insumos (kits para extração de leite humano), incluindo a entrega inicial correspondente a **03 (três) meses de consumo estimado** por unidade hospitalar

para o HOSPITAL MUNICIPAL DR. CARMINO CARICCHIO, HOSPITAL MUNICIPAL DR. ALÍPIO CORREA NETO, HOSPITAL MUNICIPAL DR. FERNANDO MAURO PIRES DA ROCHA, HOSPITAL MUNICIPAL DR. ARTHUR RIBEIRO DE SABOYA, HOSPITAL MUNICIPAL DR. IGNACIO PROENÇA DE GOUVEA, HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOSÉ SOARES HUNGRIA, HOSPITAL MUNICIPAL PROF DR. WALDOMIRO DE PAULA, HOSPITAL MUNICIPAL TIDE SETUBAL, HOSPITAL MUNICIPAL E MATERNIDADE MARIO DEGNI e HOSPITAL MUNICIPAL MATERNIDADE DR. MARIO DE MORAES ALTENFELDER SILVA, VINCULADOS A ESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO PAULO.

O recebimento final do equipamento foi realizado no dia ____/____/____ com o acompanhamento do responsável técnico da CONTRATADA, Sr (a). _____ e do Sr(a). _____ representante da UNIDADE HOSPITALAR, visando a verificação da conformidade do equipamento e execução do escopo dos serviços em relação aos requisitos exigidos no Termo de Referência, atendendo as especificações técnicas seguindo os seguintes procedimentos:

Equipamento e Acessórios	Procedência	Marca	Modelo	Nº de série	Registro Anvisa	Potência

- a) Marca e modelo do equipamento está conforme homologado no Pregão ()Sim
Não ()
- b) Acessórios estão conforme homologado no Pregão ()Sim Não ()
- c) Manual de Operação em Língua Portuguesa do Brasil, entregue junto com o equipamento
()Sim Não ()
- d) Data de Entrega do Equipamento: _____

Observação: Caso haja descumprimento contratual, favor informar abaixo:

--

São Paulo, ____ de _____ de 2026.

Representante da Empresa

Nome: _____

CREA/RG: _____

Cargo: _____

Representante da unidade hospitalar

Nome: _____

RF/RG: _____

Setor: _____

ANEXO II – B

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – (ANS)

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO			
Contrato Número:	Unidade:	Período:	Data:
Contratada :			

Responsável pela Fiscalização:
Gestor do Contrato:

PERIODICIDADE – Quantidade de vezes que a empresa foi solicitada a comparecer para realizar serviços no mês.	1 vez	2 vezes	3 vezes	Mais de 3

DESEMPENHO PROFISSIONAL – Habilidade de realizar o serviço contratado de maneira correta e precisa.	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Serviço de manutenção preventiva realizado a contento				
Serviço de manutenção preventiva realizado no prazo				
Serviço de manutenção corretiva realizado no prazo de 24 horas corridas (Preencher apenas quando tiver ocorrido esse serviço)				
Uniformes e Identificação				

EQUIPAMENTOS – Funcionalidade dos equipamentos cobertos pelo contrato	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Os equipamentos apresentam funcionalidade regular				
Os acessórios apresentam funcionalidade regular				
Limpeza e Conservação				

COMUNICAÇÃO – Facilidade de se comunicar com a empresa para abertura de chamados e outros procedimentos	Ótimo	Bom	Regular	Ruim

A empresa mantém atualizado os telefones e e-mails para contato				
Mantém diálogo frequente com a fiscalização do contrato mantendo- a informada dos acontecimentos da manutenção dos equipamentos				
Se expressa de maneira correta e de fácil entendimento				
Responde em tempo hábil os e-mails enviados pela fiscalização				

ITEM	Qde. (a)	Equivalência (e)	Pontuação (y=a X e)	Resultado Final	RESULTADO DA AVALIAÇÃO E AJUSTE NO PAGAMENTO DA FATURA
ÓTIMO		X 90			<p>> ou = a 80 = 100% da Fatura</p> <p>Entre 60 a 79,9 = 90% da Fatura</p> <p>Entre 45,1 a 59,9 = 80% da Fatura</p> <p>Abaixo de 45 = 70% da Fatura e acionar a Empresa;</p>
BOM		79,9 X 9			
REGULAR		59,9 X 9			
RUIM		X 45			

No caso de avaliações nas faixas Regular e Ruim, obrigatoriamente a empresa deverá fazer justificativa em até 5 (cinco) dias úteis para análise da Administração que farão parte de processo de análise de não conformidade grave. O não envio ou a avaliação de não procedência da justificativa apresentada acarretará punição contratual nos termos da cláusula de penalidade do contrato.

Empresa:
Unidade
Nome:
Função:
RG:

Nome:
Função:
RG:

No caso do prestador não concordar em assinar a avaliação de nível de serviço, as testemunhas abaixo estão cientes e atestam que a avaliação ocorreu e o funcionário da empresa foi devidamente cientificado.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

PE 90541/2026

Testemunha 1:

Nome:

Função:

RG:

Testemunha 2:

Nome:

Função:

RG:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90541/2026/SMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6018.2025/0086450-4

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE BOMBA EXTRATORA DE LEITE HUMANO (USO HOSPITALAR), CONTEMPLANDO ENTREGA, INSTALAÇÃO, TESTE DE FUNCIONAMENTO, TREINAMENTO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, COM O FORNECIMENTO DE KITS PARA EXTRAÇÃO DE LEITE HUMANO, PARA AS UNIDADES HOSPITALARES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

ANEXO III

PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, RG....., CPF....., (endereço), propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

<u>ITEM 01</u>				
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE BOMBA EXTRATORA DE LEITE HUMANO (USO HOSPITALAR), CONTEMPLANDO ENTREGA, INSTALAÇÃO, TESTE DE FUNCIONAMENTO, TREINAMENTO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, COM O FORNECIMENTO DE KITS PARA EXTRAÇÃO DE LEITE HUMANO, PARA AS UNIDADES HOSPITALARES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO				
DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
LOCAÇÃO DE BOMBAS EXTRATORAS DE LEITE HUMANO DE USO HOSPITALAR	74 unidades			
DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
KITS PARA EXTRAÇÃO DE LEITE HUMANO – REUTILIZÁVEL	975 unidades			
VALOR TOTAL GLOBAL ANUAL				

MARCA:

MODELO:

PROCEDÊNCIA:

REGISTRO NA ANVISA:

DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA DAS BOMBAS EXTRATORAS DE LEITE HUMANO:

DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA DOS KITS PARA EXTRAÇÃO DE LEITE HUMANO:

DAS CONDIÇÕES GERAIS

A) ENTREGA: A entrega e testes de funcionamento deverão ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Início. A Ordem de Início deverá ser assinada pela contratada e devolvida ao Setor de Engenharia Clínica no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de seu recebimento.

B) VALIDADE DA PROPOSTA: A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

C) DADOS BANCÁRIOS: (Nome do BANCO DO BRASIL, o código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento)

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.

02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

03. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de executar a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (**ANEXO II** do Edital), respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.

São Paulo, de de 2026.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.: CPF:

Cargo:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90541/2026/SMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6018.2025/0086450-4
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE BOMBA EXTRATORA DE LEITE HUMANO (USO HOSPITALAR), CONTEMPLANDO ENTREGA, INSTALAÇÃO, TESTE DE FUNCIONAMENTO, TREINAMENTO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, COM O FORNECIMENTO DE KITS PARA EXTRAÇÃO DE LEITE HUMANO, INCLUINDO A ENTREGA INICIAL CORRESPONDENTE AO TOTAL DE 244 KITS, PARA AS UNIDADES HOSPITALARES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO**

ANEXO IV

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A empresa _____ inscrita no
CNPJ sob nº _____
_____, por intermédio de seu
representante legal, Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF nº
_____, DECLARA, sob as penas da Lei,
que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São
Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), de de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90541/2026/SMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6018.2025/0086450-4

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE BOMBA EXTRATORA DE LEITE HUMANO (USO HOSPITALAR), CONTEMPLANDO ENTREGA, INSTALAÇÃO, TESTE DE FUNCIONAMENTO, TREINAMENTO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, COM O FORNECIMENTO DE KITS PARA EXTRAÇÃO DE LEITE HUMANO, INCLUINDO A ENTREGA INICIAL CORRESPONDENTE AO TOTAL DE 244 KITS, PARA AS UNIDADES HOSPITALARES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

ANEXO V

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)., portador(a) da Carteira de
Identidade nº _____ e do CPF nº _____

DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º,

§2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);

5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.

8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

(local do estabelecimento), de de 2026.

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90541/2026/SMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6018.2025/0086450-4

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE BOMBA EXTRATORA DE LEITE HUMANO (USO HOSPITALAR), CONTEMPLANDO ENTREGA, INSTALAÇÃO, TESTE DE FUNCIONAMENTO, TREINAMENTO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, COM O FORNECIMENTO DE KITS PARA EXTRAÇÃO DE LEITE HUMANO, INCLUINDO A ENTREGA INICIAL CORRESPONDENTE AO TOTAL DE 244 KITS, PARA AS UNIDADES HOSPITALARES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

ANEXO VI

PARÂMETROS PARA ANÁLISE DE BALANÇO

ANÁLISE ECONÔMICO – FINANCEIRA

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: Liquidez Corrente - LC, Solvência Geral – SG e Liquidez Geral - LG.

ÍNDICE LIQUIDEZ CORRENTE = ATIVO CIRCULANTE

PASSIVO CIRCULANTE

ÍNDICE SOLVÊNCIA GERAL = ATIVO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE (+) PASSIVO NÃO CIRCULANTE

ÍNDICE LIQUIDEZ GERAL = ATIVO CIRCULANTE (+) REALIZAVEL A LONGO PRAZO

PASSIVO CIRCULANTE (+) PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Serão consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

liquidez corrente - índice maior ou igual a 1,00

Solvência geral - índice maior ou igual a 1,00

liquidez geral - índice maior ou igual a 1,00